

# SUMÁRIO

<b>1. O CRIME DE TERRORISMO: UM OLHAR SOBRE A PUNIBILIDADE DOS ATOS PREPARATÓRIOS.....</b>	<b>19</b>
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	19
2. FUNDAMENTOS PUNITIVOS DOS DELITOS DE TERRORISMO: O BEM JURÍDICO TUTELADO.....	21
3. OS ATOS PREPARATÓRIOS COMO CONDUTAS IMPUNÍVEIS – EM REGRA – NO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	25
4. A PUNIBILIDADE DOS ATOS PREPARATÓRIOS DE TERRORISMO: A PREVISÃO DO ART. 5º DA LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016.....	28
4.1. Os atos preparatórios de terrorismo.....	28
4.2. A desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	30
5. O ESPECIAL FIM DE AGIR: O (ABSURDO) PROPÓSITO INEQUÍVOCO DE CONSUMAR O DELITO.....	32
6. A (DES)PROPORCIONALIDADE DA PENA PREVISTA.....	33
7. UMA CONCLUSÃO.....	34
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
<b>2. O ENFRENTAMENTO DO TERRORISMO E O DEVER DE COLABORAÇÃO DO CIDADÃO COM AS LIBERDADES DOS DEMAIS.....</b>	<b>37</b>
INTRODUÇÃO.....	37
1. A PESSOA E O DIREITO PENAL.....	38
2. O DIREITO PENAL DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO E LIBERAL.....	40
3. DIREITO PENAL DO CIDADÃO VS. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	42
4. O INJUSTO DOS CIDADÃOS E O DEVER DE COLABORAÇÃO COM AS LIBERDADES DOS DEMAIS.....	44

5.	TERRORISMO: QUANDO A SEGURANÇA EXIGE A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS EXTREMAS PELO ESTADO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (LEI Nº 13.260/2016) .....	47
6.	COMBATE AO TERRORISMO: EM BUSCA DA LEGITIMIDADE PERDIDA .....	53
7.	CONCLUSÃO .....	56
8.	REFERÊNCIAS .....	58
<b>3.</b>	<b>BEM JURÍDICO-PENAL NO CONTEXTO DA LEI 13.260: CONSIDERAÇÕES DEMOCRÁTICAS .....</b>	<b>63</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	63
2.	O BEM JURÍDICO-PENAL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	64
3.	A FUNÇÃO LIMITADORA DO BEM JURÍDICO-PENAL .....	69
4.	BENS JURÍDICOS OCOS E A ILUSÃO DO PODER POLÍTICO (IN)CONTIDO.....	74
5.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 13.260, DE 2016 .....	76
6.	CONCLUSÃO .....	82
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	83
<b>4.</b>	<b>IMPRESSÕES PROCESSUAIS DA LEI ANTITERRORISMO: A PRISÃO TEMPORÁRIA APLICADA NA FASE PREPARATÓRIA COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL DO INIMIGO .....</b>	<b>85</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	85
2.	LEI ANTITERRORISMO SOBRE O PANORAMA BRASILEIRO.....	86
2.1.	Mandado de criminalização e orientação internacional.....	87
3.	PRINCIPAIS ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI N.º 13.260/2016.....	89
4.	NOÇÕES DE PRISÃO TEMPORÁRIA .....	91
4.1.	Conceito .....	91
4.2.	Requisitos.....	92
4.2.1.	Compreensão Dos Requisitos.....	95
5.	PRISÃO TEMPORÁRIA E A LEI ANTITERRORISMO .....	98
5.1.	Direito penal do autor e do fato (culpa).....	99
6.	PRISÃO TEMPORÁRIA DOS ATOS PREPARATÓRIOS DO TERRORISMO.....	100

6.1.	Considerações sobre os porquês de os atos preparatórios serem puníveis e passíveis de prisão temporária.....	101
6.2.	Funcionalidade da prisão temporária para apurar atos preparatórios.....	102
7.	CONCLUSÃO .....	103
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	104
<b>5.</b>	<b>O TERRORISTA SOLITÁRIO. QUANDO O INIMIGO AGE SOZINHO .....</b>	<b>105</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	105
2.	O TERRORISMO E O DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	106
3.	O TRATAMENTO JURÍDICO DIVERSO DADO AO DELITO DE ORGANIZAÇÃO TERRORISTA E A NEUTRALIZAÇÃO DO INIMIGO COMO <i>RATIO LEGIS</i> .....	117
4.	A ORGANIZAÇÃO TERRORISTA COMO FONTE DE PERIGO E O PARALOGISMO DA MAIOR PERICULOSIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO DELITUOSA .....	119
5.	O TERRORISTA SOLITÁRIO NA LEI PENAL BRASILEIRA.....	123
6.	CONCLUSÕES .....	124
7.	BIBLIOGRAFIA .....	124
<b>6.</b>	<b>A OPERAÇÃO <i>HASHTAG</i> E A LEI 13.260/2016 .....</b>	<b>127</b>
	INTRODUÇÃO .....	127
1.	A OPERAÇÃO <i>HASHTAG</i> .....	132
2.	REPRESENTAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL .....	135
3.	PEDIDO DE PRISÃO TEMPORÁRIA, BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR E CONDUÇÃO COERCITIVA.....	137
4.	FUNDAMENTOS DO PEDIDO .....	139
5.	DA COMPETÊNCIA.....	142
6.	CONCLUSÃO .....	146
	BIBLIOGRAFIA.....	148
<b>7.</b>	<b>CRIME DE TERRORISMO: UMA VISÃO PRINCIPIOLÓGICA À LUZ DA LEI Nº 13.260/2016 .....</b>	<b>149</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	149
2.	PODER, DIREITO E TERRORISMO .....	151

2.1.	Poder e violência .....	151
2.2.	Conceito de terrorismo, guerra e guerrilha.....	153
2.3.	A dinâmica do terrorismo .....	153
2.4.	Terrorismo e evolução legislativa internacional. Breves considerações.....	155
2.5.	O atentado de 11 de setembro nos <b>eua</b> sob a perspectiva do <b>direito</b> .....	156
3.	O CRIME DE TERRORISMO E O DIREITO PENAL DO INIMIGO .....	158
3.1.	O direito penal do inimigo (direito penal?).....	158
3.2.	Combate ao terrorismo na contramão de um sistema de garantias de defesa.....	161
3.3.	Segurança nacional e os perigos da polarização no eixo das garantias democráticas .....	164
4.	A LEI 13.260/2016: ABORDAGEM CRÍTICA NA PERSPECTIVA DAS GARANTIAS .....	166
4.1.	Conceito de crime de terrorismo na Lei 13.260/16 .....	166
4.2.	Dos atos preparatórios .....	169
5.	DA PRISÃO CAUTELAR NO CRIME DE TERRORISMO .....	171
5.1.	Breves considerações normativas .....	171
5.2.	Da prisão temporária e da prisão preventiva no crime de terrorismo.....	172
6.	DA INVESTIGAÇÃO, PROCESSO E JULGAMENTO .....	174
7.	CONCLUSÃO .....	176
8.	REFERÊNCIAS .....	178
8.	<b>ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS: INTERSECÇÕES E DIÁLOGOS ENTRE AS LEIS 12.850/2013 E 13.260/2016</b> .....	181
	INTRODUÇÃO.....	181
1.	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI “ANTITERRORISMO” (LEI 13.260/2016) E REFLEXÕES CRÍTICAS .....	182
2.	O CONCEITO DE TERRORISMO E SUA TIPIFICAÇÃO.....	197
3.	ANÁLISE PANORÂMICA DOS CRIMES DOS ARTIGOS 5º, <b>CAPUT</b> (E INCISOS I E II) E 6º DA LEI 13.260/2016.....	202
3.1.	A criminalização dos atos preparatórios de terrorismo e do recrutamento, transporte, municiamento e treinamento de pessoas internacional ou não (artigo 5º, <i>caput</i> e incisos I e II).....	202

3.2. Criminalização do financiamento do planejamento, da preparação ou da execução de atos de terrorismo e outros equiparados (artigo 6º da Lei 13.260/2016) .....	204
4. ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS: INTERSECÇÕES E DIÁLOGOS ENTRE AS LEIS 13.260/2016 E 12.850/2013 .....	205
4.1. O crime de participação em organização terrorista (artigo 3º da Lei 13.260/2016) .....	205
4.2. A aplicação da Lei 12.850/2013 às organizações terroristas: qual a extensão do artigo 1º, § 2º, inciso II?.....	214
4.3. Investigação, processo e julgamento dos crimes previstos na Lei Antiterrorismo (artigo 16 da Lei 13.260/2016).....	215
4.3.1. Meios excepcionais de produção de provas .....	215
4.3.2. Processo e julgamento.....	217
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	220
<b>9. CRIME DE TERRORISMO: ASPECTOS PROBATÓRIOS.....</b>	<b>225</b>
INTRODUÇÃO.....	225
1. O CRIME DE TERRORISMO E A LEI 13.260/2016 .....	226
2. DIREITO PENAL SIMBÓLICO E A QUESTÃO DO TERRORISMO: REFLEXOS NA PROVA PENAL .....	229
3. PROBLEMÁTICA PROBATÓRIA PARA CARACTERIZAÇÃO DO “TERRORISTA” .....	233
3.1. Índícios e a comprovação dos atos de terrorismo .....	233
3.2. <i>Standard</i> de prova: prova acima de dúvida razoável.....	238
4. CONCLUSÕES .....	243
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	246
<b>10. CRIMINALIDADE ECONÔMICA E TERRORISMO.....</b>	<b>249</b>
1. CRIMINALIDADE ECONÔMICA: CONCEITUAÇÃO, PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES .....	249
2. NORMATIZAÇÃO DO TEMA NO BRASIL: BREVE SÍNTESE LEGISLATIVA DA CRIMINALIZAÇÃO NA ESFERA ECONÔMICA.....	254
3. A PRÁTICA DO TERRORISMO E SUAS REPERCUSSÕES ECONÔMICAS: AS INCRIMINAÇÕES DO ART. 6º DA LEI 13.260/16	258

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
5. BIBLIOGRAFIA .....	262
<b>11. A TORTURA DO TERRORISTA COMO EXPRESSÃO DE UMA CRÍTICA À METODOLOGIA DA PONDERAÇÃO .....</b>	<b>265</b>
1. INTRODUÇÃO .....	265
2. A ESTRUTURA DA PONDERAÇÃO.....	266
3. PONDERANDO A POSSIBILIDADE DE TORTURAR.....	270
4. DIMENSÃO AXIOLÓGICA DOS PRINCÍPIOS .....	274
5. DIGNIDADE.....	279
6. LEGÍTIMA DEFESA .....	281
7. ESTADO DE NECESSIDADE .....	285
8. DESCULPA .....	289
9. CONCLUSÃO .....	292
10. REFERÊNCIAS .....	293
<b>12. DA COMPETÊNCIA E PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE TERRORISMO .....</b>	<b>297</b>
1. OBJETIVO.....	297
2. INTRODUÇÃO .....	298
3. O ART. 11 DA LEI 13.260/16.....	299
4. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS .....	299
5. CONCEITOS DE ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	302
6. INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL .....	302
7. PRISÃO TEMPORÁRIA .....	305
8. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	306
9. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE TERRORISMO ...	308
10. CONCLUSÃO .....	310
<b>13. UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA SOBRE O CRIME DE TERRORISMO TIPIFICADO NA LEI 13.260/16: A INCONSTITUCIONALIDADE DO ELEMENTO SUBJETIVO ESPECIAL DO INJUSTO INSERIDO PELO LEGISLADOR INFRACONSTITUCIONAL.....</b>	<b>311</b>
1. INTRODUÇÃO .....	311

2.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRORISMO E CONCEITO LEGAL .....	313
3.	CAUSA DE EXCLUSÃO DO CRIME (ART. 2º, § 2º, LEI 13.260/16): MOVIMENTOS SOCIAIS .....	316
4.	ATIPICIDADE DOS ATOS DE TERROR PRATICADO POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NÃO TERRORISTAS QUE ATUAM DE DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS .....	319
5.	DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO PREVISTO PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE TERRORISMO.....	326
6.	CONCLUSÃO .....	334
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	337
<b>14.</b>	<b>ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DO CRIME DE TERRORISMO E A CARACTERIZAÇÃO DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>339</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	339
2.	AS OITO VARIÁVEIS DO TERRORISMO, SEGUNDO GEORGE P. FLETCHER.....	340
2.1.	O fator da violência .....	341
2.2.	A finalidade exigida.....	342
2.3.	A natureza das vítimas .....	342
2.4.	A conexão do ofensor com o Estado .....	343
2.5.	A justiça e o motivo das causas terroristas.....	343
2.6.	O nível de organização.....	344
2.7.	O elemento teatral .....	344
2.8.	A ausência de culpa ou de arrependimento .....	344
3.	OS ELEMENTOS DA DEFINIÇÃO DE TERRORISMO NA DOUTRINA.	345
3.1.	O elemento estrutural.....	346
3.1.1.	O terrorista solitário.....	347
3.1.2.	A ausência de hierarquia no terrorismo jihadista .....	349
3.2.	O elemento teleológico .....	350
4.	TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DE TERRORISMO.....	351
5.	O TERRORISMO CONTEMPORÂNEO .....	353
5.1.	As características do terrorismo contemporâneo .....	356

5.2. O terrorismo nacional ou interno .....	359
5.3. O terrorismo internacional.....	359
5.4. Terrorismo tradicional x terrorismo contemporâneo .....	361
6. CONCLUSÃO .....	362
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	363